

ENCERRAMENTO DO DEBATE PARLAMENTAR SOBRE AS PROPOSTAS DE PLANO ANUAL E ORÇAMENTO DA REGIÃO PARA 2018

Horta, 29 de novembro de 2017

Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

No termo dos três dias regimentalmente determinados para o debate e votação das propostas apresentadas a este Parlamento de Plano e Orçamento para 2018, cabe-me, como Presidente do Governo dos Açores, concluir este período de debate.

Faço-o, não apenas no cumprimento de um preceito, mas, sobretudo, com a consciência da importância que estes documentos, e este momento, assumem para o futuro da nossa Região e para o futuro da vida das Açorianas e dos Açorianos.

Julgo, por isso, importante e, porventura, útil, salientar alguns aspetos que ressaltam destes documentos naquilo que releva para uma maior e melhor compreensão da sua génese, do seu contexto e dos seus objetivos.

Os investimentos que o Governo dos Açores pretende concretizar no próximo ano, ao abrigo do Plano de Investimentos da Região, não foram definidos à porta fechada num qualquer gabinete da administração.

Logo no início do processo de definição do que pretendemos fazer, convidámos os partidos políticos com representação parlamentar, as centrais sindicais e as instituições representativas de setores e atividades, como a Federação Agrícola ou a Federação de Pescas dos Açores, a partilharem connosco a sua visão, as orientações estratégicas que consideravam, ou consideram, que os Açores devem prosseguir e, bem assim, as medidas concretas ou os investimentos específicos que entendiam deverem ser realizados.

Os parceiros sociais que integram o Conselho Regional de Concertação Estratégica, como resulta da lei, mas sobretudo da convicção do Governo, também se pronunciaram sobre que linhas estratégicas e que investimentos prioritários deveriam nortear o investimento público regional no próximo ano.

Os Conselhos de Ilha também foram chamados a participarem neste processo, pronunciando-se sobre o que deveria ser, na sua perspetiva, o nosso futuro coletivo nesse domínio.

Reunimos com quem quis reunir connosco, ouvimos quem quis falar connosco, explicitando opções, ouvindo propostas e, quando foi caso disso, reafirmando estratégias.

Neste contexto, e com este processo que antecedeu no tempo o momento em que agora nos encontramos, o que resulta claro e evidente é que os documentos que, em breve, esta Assembleia vai votar resultam de uma postura de abertura, de participação e de transparência.

Abertura não apenas por determinação da lei, mas, sobretudo, por imposição da consciência.

Participação de todos quantos a isso se dispuseram.

Transparência na explicitação clara das nossas apostas, das nossas estratégias e das nossas motivações.

E se, com todo este processo de debate, de abertura e de participação se afirma a transparência do processo de construção destas propostas, também é indesmentível que a assunção clara de que matérias há em que as perspectivas e as abordagens são diferentes, e que há propostas com as quais não concordamos, - reforça e evidencia esta mesma transparência.

O facto de haver essas diferenças e essas discordâncias, não põe em causa, bem pelo contrário, nem a democracia, nem o diálogo, nem a concertação.

Se qualquer uma dessas ideias fosse sinónimo da obrigatoriedade de aceitação de todas as propostas que nos chegam, apenas porque nos chegam de outros partidos ou de parceiros sociais, não estaríamos a falar de democracia, mas de subversão da democracia, não estaríamos a falar de diálogo, mas de imposição, não estaríamos a falar de concertação, mas de submissão.

Nessa ação, o Governo não obedeceu, nem obedece, a outro critério, nem se sujeita a si, nem aquilo que faz, a outro interesse que não seja o interesse dos Açores.

Interesse dos Açores que, convém ter presente, não corresponde apenas à soma dos interesses dos partidos, apenas à soma dos interesses dos parceiros sociais, ou sequer apenas à soma dos interesses dos Concelhos de Ilha.

Convém, por isso, lembrar aqui que o Governo dos Açores tem uma legitimidade, tem um mandato e tem uma postura.

Tem a legitimidade que deriva da votação maioritária que o partido que o suporta obteve nas eleições regionais há pouco mais de um ano e a consequente manifestação de confiança por parte dos Açorianos.

Tem o mandato claro de cumprir o projeto que submeteu aos Açorianos e que estes sufragaram maioritariamente.

Tem a postura de, no cumprimento desse mandato e no exercício dessa legitimidade, planear, ouvir, analisar e decidir.

As propostas de Plano e Orçamento para 2018 chegam a este plenário sob o signo de um novo ciclo de crescimento e de desenvolvimento da nossa Região.

Mas do que falamos, quando falamos de um novo ciclo?

No primeiro trimestre de 2014, a taxa de desemprego na nossa Região, 18%, situava-se acima da média nacional e era das mais altas do país.

Hoje, com os dados referentes ao 3.º trimestre de 2017, a taxa de desemprego na nossa Região, 8,2%, está abaixo da média nacional e é das mais baixas do país.

Em pouco mais de três anos,

- a taxa de desemprego baixou para menos de metade;
- a população empregada cresceu em mais de 13.300 Açorianos;
- o número de desempregados caiu 53,8% (menos 11.690 desempregados).

Em 2012, a hotelaria tradicional na nossa Região registou cerca de um milhão de dormidas, repartidas, quase de igual modo, entre residentes no estrangeiro e residentes no país.

Hoje, os dados disponíveis demonstram que nos aproximamos do dobro desse valor, dos dois milhões de dormidas, em que pouco mais de 40% corresponde a turistas nacionais e cerca a 60% de turistas estrangeiros.

Em 2012, os proveitos totais provenientes do turismo eram pouco mais de 40 milhões de euros.

Hoje, com os dados referentes ao 3.º trimestre de 2017, esses mesmos proveitos já ultrapassaram os 73 milhões de euros.

Há apenas cerca de um ano atrás, em agosto de 2016, o preço médio do leite pago ao produtor caía para 25,5 cêntimos, o valor mais baixo dos cinco anos antecedentes.

Em outubro deste ano, atingiu os 29.3 cêntimos, um crescimento superior a 10%.

Em 2012, o preço médio do peixe na primeira venda em lota, excluindo o atum, era de 3,75 euros por quilo.

Com os últimos dados disponíveis, referentes a outubro deste ano, esse valor é de 5,67 euros, um crescimento superior a 50%.

Em setembro de 2012, o índice de venda a retalho de produtos alimentares, registava, em termos homólogos, uma redução de cerca de 8%.

Em setembro de 2017, o mesmo índice, com a mesma referência homóloga, cresce cerca de 6%.

Em 2012, a Região, com 30% de taxa potencial de cobertura de creches, estava abaixo do mínimo recomendável.

Em 2016, após um reforço de lugares em creches superior a meio milhar, estamos já bem acima dos valores de referência nessa taxa de cobertura, com 40 por cento.

Em 2012, a produção de riqueza na nossa Região caía, em termos homólogos, 3,5%.

Em 2016, a produção de riqueza na nossa Região, em termos homólogos, cresceu 2,1%.

Começa, pois, por ser disso que falamos, quando falamos de novo ciclo.

Mas, tão ou mais importante do que esses elementos objetivos, mensuráveis e com relevância para a vida dos Açorianos, e que atestam, sem margem para qualquer dúvida, o começo de um novo ciclo de desenvolvimento e de progresso nos Açores, é saber como nos posicionamos face a essa realidade comprovada e indesmentível.

O que resulta destes três dias de debate é que alguns partidos da oposição, contra todas as evidências, teimam em não descolar do ciclo velho.

A sua postura é a mesma de sempre:

Reclamar!

Reclamar hoje, quando o Governo poucos dias leva do início do segundo ano desta Legislatura, que todos os compromissos para quatro anos estejam já cumpridos.

Reclamar por um pouco mais nas áreas em que o Governo já prevê mais.

Reclamar um pouco menos nas áreas em que o Governo já consagrou menos.

É o caso das passagens interilhas, em que há apenas dois anos o Governo operou a maior redução de sempre no custo das passagens aéreas com uma diminuição média de cerca de 20%.

É o caso dos impostos, em que, também há apenas dois anos, se deu uma redução de impostos que levou a que os Açorianos tenham hoje a carga fiscal mais baixa do País e, no caso do IVA, das taxas mais baixas de toda a União Europeia.

Mas também alguns partidos da oposição parecem perdidos. Parecem desnorteados, contradizem-se.

Derrotados nas eleições há pouco mais de um ano, querem agora, à força toda, implementar o seu projeto.

Acusam de excesso de Governo, mas propõem mais apoios do Governo, mais programas financiados pelo Governo.

Querem a rutura que a ausência de alternativas e a mera cópia de ideias e de propostas do Governo desmente cruamente.

E o Governo?

Como se apresenta o Governo neste novo ciclo e nesta nova conjuntura?

A resposta é clara, inequívoca e está bem patente nestas propostas que as Senhoras e Senhores Deputados se preparam para votar.

Em primeiro lugar, apresenta-se com inconformismo.

Quero acreditar que todos nós estamos satisfeitos com esses indicadores, com essa progressão e com o facto dos Açores entrarem num novo ciclo de desenvolvimento e de progresso.

Mas a razão pela qual o Governo aqui está, a razão pela qual eu aqui estou, não é, nem essa constatação, nem essa satisfação.

A razão pela qual estamos hoje aqui é, desde logo, porque sabemos, que, mesmo nestes indicadores que vos referi e noutros, há Açorianas e Açorianos que ainda aguardam respostas, há Açorianas e Açorianos que confiam no seu, no nosso Governo, para terem uma resposta que os ajude a ultrapassar problemas ou a vencer os desafios com que estão confrontados.

Seja na procura de um novo ou de um primeiro emprego, na procura de melhor rendimento para os nossos agricultores e pescadores, na realização de uma consulta médica ou de uma cirurgia, na abertura de uma vaga para um lar de idosos ou para uma creche, o Governo tem a consciência clara do que ainda falta fazer e está a trabalhar para concretizá-lo.

O início, em 2018, da construção, em várias ilhas da Região, de mais de 100 fogos a rendas acessíveis destinados a contribuir para a satisfação das necessidades de habitação, desde logo, de casais jovens, é o resultado dessa consciência e desse trabalho.

A criação, na ilha de S. Miguel, nos próximos dois anos, de mais 100 vagas em lares de idosos, metade das quais deverão estar disponíveis já em 2018, é fruto dessa consciência e desse trabalho.

O alargamento do sistema do passe social às ilhas de S. Maria, São Jorge, Graciosa, Faial, Pico e Flores, durante o 1.º trimestre de 2018, medida que permitirá reduzir o custo para as famílias da utilização do transporte coletivo público de passageiros nessas ilhas, é mais um exemplo dessa consciência e desse trabalho.

A criação de um Serviço de Proximidade e Acompanhamento das Explorações Leiteiras, que passa pela disponibilização de equipas multidisciplinares para acompanhamento no terreno das explorações leiteiras da Região, designadamente ao nível da gestão, sanidade e bem-estar animal, do melhoramento genético, da qualidade do leite, da qualidade e acondicionamento das silagens de milho e erva e do maneio animal e das pastagens, é também fruto dessa consciência e desse trabalho.

Mas, quando o Governo fala e insiste na ideia de novo ciclo, não se limita a constatar a melhoria da generalidade dos indicadores.

Há uma leitura que nós fazemos e há uma consequência que retiramos.

A este novo ciclo corresponde, também e sobretudo, uma reorientação da intensidade das políticas, com um claro reforço da componente de transformação estrutural.

Um bom exemplo desse novo equilíbrio de políticas é a área do Emprego.

Passada uma fase que podemos considerar de verdadeira emergência, em que a prioridade das prioridades foi a criação e a manutenção de emprego, passamos a uma nova fase em que adicionámos, com importância crescente, uma prioridade mais estratégica e mais estrutural: a da qualidade do emprego.

É nessa prioridade que se integram as decisões do Governo quanto à componente da estabilidade laboral, do combate à precariedade e da melhor remuneração do emprego criado na Região.

Mas também na área dos transportes, em especial nos transportes marítimos, com a construção, que prevemos iniciar-se no próximo ano de um navio ferry destinado a funcionar durante todo o ano, e com capacidade, não só para transportar passageiros, mas também carga rodada.

A entrada em funcionamento desse navio potenciará uma alteração estrutural da nossa economia, no que a circuitos logísticos diz respeito, criando, aí assim, aquilo que se pode chamar de um mercado interno açoriano, eliminando fatores de constrangimento e bloqueio e tendo o potencial para modificar, de forma muito significativa, quer as ligações continente/Açores, quer interilhas.

Mas, também nas áreas sociais, com a implementação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a qual, para além de conter uma abordagem inédita no nosso país, constitui uma opção política clara, em primeiro lugar, de pegar de frente um problema que nós temos e de privilegiar a abordagem estrutural de médio/prazo num dos desafios mais complexos que enfrentamos como Região e como Povo.

Mas, também na abordagem que trilhamos, e que queremos concretizar ainda mais no futuro, no domínio da Educação, da Ciência e, em geral, de qualificação da nossa sociedade e da nossa economia.

O Programa PROSUCESSO, no que significa de transformação de uma realidade, o insucesso escolar, que não nos satisfaz e que tem nesse instrumento uma vontade transformadora de, com sustentabilidade, promover uma significativa melhoria, não só desse índice, mas, sobretudo, da forma como os jovens açorianos podem ter e aproveitar uma formação qualificadora.

Uma formação qualificadora que não se esgota ou limita apenas à sua componente mais formal, mas que possa constituir, ela própria, uma base mais alargada de integração e intervenção social e cívica, capitalizando e reforçando, deste modo, o contributo generoso e altruísta que marca a participação da juventude na nossa sociedade.

Assim, o Governo dos Açores vai, já a partir do próximo ano, disponibilizar aos nossos jovens a Plataforma de Voluntariado Jovem, uma iniciativa desenvolvida em parceria com as instituições particulares de solidariedade social, e que visa aumentar a participação dos jovens em atividades de voluntariado, reforçando, também, a participação cívica da nossa juventude no desígnio comum de uns Açores mais coesos e mais solidários.

A integração plena dos Açores nos projetos do Atlantic International Research Center, a sedear na ilha Terceira, ou do Observatório do Atlântico, a sedear na ilha do Faial, são, igualmente, dois exemplos de como este novo ciclo se pretende também realizar com a construção de novas oportunidades de desenvolvimento alicerçadas no Conhecimento e na Inovação em matérias, como o Mar, o Clima, a Vulcanologia ou o Espaço, áreas em que a Região tem já uma posição que a cada dia se fortalece e consolida.

O Mar constitui a este propósito uma área prioritária de atenção, pelo que o Governo dos Açores acompanha com particular minúcia e cuidado os desenvolvimentos da situação do IMAR.

Importa, talvez, deixar clara a perspetiva com que nós, numa matéria em que intervêm entidades externas ao Governo dos Açores, encaramos este assunto.

De entre as diversas vertentes deste assunto, - refiro a laboral e a orgânica -, aquela que mais nos preocupa é, exatamente, aquela que é estratégica e estrutural: têm ou não os Açores uma instituição científica de credibilidade e prestígio internacionais que gere Conhecimento sobre o nosso principal ativo presente e futuro, o Mar, em geral, e o Mar profundo, em particular?

Dito de outra forma, preocupa-nos que a questão se possa reduzir a mais instituto ou menos instituto, quando o que, para nós, está verdadeiramente em causa é que Conhecimento é Poder e a Região não, pode, sob pretexto algum ou sob forma alguma, prescindir ou fazer perigar esse poder.

Toda a atuação do Governo dos Açores neste novo ciclo que a Região está a iniciar, está, de igual modo, subordinada a um requisito inalienável: o da exigência.

Exigência na nossa atuação, exigência nos nossos procedimentos e exigência nos nossos resultados.

E desta exigência, ninguém, absolutamente ninguém, está isento: do Presidente do Governo a qualquer funcionário público da categoria mais inicial de ingresso na administração, do Presidente de um Conselho de Administração de uma empresa pública a um qualquer colaborador do Governo, seja a que título for, ninguém está isento de uma exigência, desde logo, consigo próprio, naquilo que isso significa de ação previdente, proactiva, empenhada, competente e diligente.

Que em ninguém reste, pois, quaisquer dúvidas, quanto ao facto dessa ser condição essencial para sermos parte nesse combate pelos Açores.

Neste trajeto de recuperação económica e na melhoria, progressiva e constante, de diversos indicadores na nossa Região, reside a credibilidade deste Plano e deste Orçamento.

Com efeito, é também esta a leitura que fazemos dos resultados até aqui alcançados: da mesma forma que conseguimos, no passado recente, esses resultados, nos mais variados setores da nossa vivência coletiva, este Plano e este Orçamento permitem-nos, com credibilidade e com rigor, ambicionar, realizar e concretizar no futuro as políticas,

medidas e ações que o consolidem e ampliem em benefício das Açorianas e dos Açorianos.

Por isso mesmo, no debate que aqui nos reuniu durante três dias, o Governo empenhou-se em esclarecer propostas, clarificar estratégias, detalhar opções.

Esse trabalho, que esperamos esclarecedor, e que sabemos transparente, resulta, não só em benefício deste Parlamento, mas, sobretudo, em benefício dos Açores e dos Açorianos, pois define o caminho, o rumo, a estratégia a concretizar no próximo ano.

É, pois, com a consciência da importância do Plano de Investimentos e do Orçamento da Região para 2018 para as Açorianas e Açorianos que concluímos este debate e que aguardamos a sua votação.

Com a consciência da dimensão da tarefa que temos pela frente.

Com a noção exata de que este novo ciclo não dispensa ninguém.

Não dispensa o contributo e o empenho de cada Açoriano, naquela que é uma missão que nos cabe a todos.

Estamos, pois, todos convocados para a construção de uns Açores cada vez melhores.

Disse!